

AS PRÁTICAS DE INCLUSÃO NA CONVIVÊNCIA COM A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

INCLUSION PRACTICES IN LIVING WITH PEOPLE WITH DISABILITIES

Patrícia Carla da Hora Correia **1**

Resumo: Este artigo buscou analisar as práticas de inclusão na convivência de sujeitos com deficiência. A discussão baseou-se nos aportes teóricos da Diversidade e Inclusão. Foram experiências formativas realizadas pelo Grupo de Pesquisa PROGEI da Universidade do Estado da Bahia, tendo como método a Pesquisa-ação. Esta ação foi financiada pelo Edital PROEXT e foi possível formar 582 pessoas. As ações realizadas pelo PROGEI apresentam-se aqui como propulsoras para entender a inclusão, estabelecendo vínculos que devem coexistir, como respeito a diversidade humana. As formações fizeram com que as diversidades fossem apresentadas e aceitas e que as práticas de inclusão fossem naturalizadas, tendo como princípio a Inclusão Compreensiva.

Palavras-chave: Inclusão Compreensiva. Convivência. Pesquisa-Ação. Formação. Deficiência.

Abstract: This article sought to analyze the inclusion practices in the coexistence of subjects with disabilities. The discussion was based on the theoretical contributions of Diversity and Inclusion. These were formation experiences out by the PROGEI Research Group at the State University of Bahia, using Action Research as a method. This action was financed by PROEXT and it was possible to train 582 people. The actions carried out by PROGEI are presented here as drivers to understand inclusion, establishing bonds that must coexist, with respect for human diversity. The formation made the diversities to be presented and accepted and the inclusion practices were naturalized, based on the Comprehensive Inclusion principle

Keywords: Comprehensive Inclusion. Coexistence. Action Research. Formation. Disability.

Introdução

Na atualidade, a sociedade passa por momentos difíceis: por um lado, ocorrem transformações rápidas e, de outro, a injustiça social cresce assustadoramente, atingindo todos os setores. A convivência apresenta-se cada vez mais comprometida neste processo, uma vez que as alteridades são perdidas e não se reconhece a diversidade que existe no outro. A grande dificuldade da inclusão da pessoa com deficiência está, justamente, em tentar homogeneizar o que há de diferente em cada ser humano. Desta maneira, formam-se os grupos dos iguais: grupo de mulheres, homens, índios, cegos, surdos etc., esquecendo-se das diferenças de cada um. Umas são maiores, outras menores, mas todos as possuem. Essas diferenças estão atreladas ao discurso sobre alteridade. O “outro”, nas redes de convivência, deve apresentar-se como “outro”, ser possuidor de direitos e deveres e sentimento correto de pertença, que vem a partir do momento em que se reconhece o outro como possuidor da sua diversidade.

A pertença integral e participativa como membro da comunidade política vem caracterizada por Marshall (1967, p. 76) como uma espécie de “igualdade humana básica”: ‘A cidadania é um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o status são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao status’ (LAFER, 1988, p. 152, grifo do autor).

Assim, a inserção das pessoas com deficiência em todas as atividades na sociedade faz com que se sintam introduzidas no contexto e participantes do processo como cidadãos. O sentimento de pertencimento fortalece-se à medida que ocorre a ação; entretanto, é necessário reconhecer a diversidade para que não se incorra no risco de tentar homogeneizar as diferenças e conseqüentemente, os seres.

A inclusão ocorre na sociedade à medida que as pessoas convivem com a pessoa com deficiência. Essa convivência não poderá ser estanque, mas deverá ser contínua, de forma a gerar cooperação e formação sócio-educativa, pois à medida que se convive com a pessoa com deficiência humaniza-se. Neste contexto, ao se discutir a convivência, urge permear pela questão da diversidade, uma vez que, para aceitá-la, é necessário aceitar a alteridade que está no outro. Como enfatiza Marshall (1967), aceitar o outro é dotá-lo de direitos para que se desenvolva nele o sentimento de pertencimento.

No entanto, a inclusão, tal qual almejamos, infelizmente encontra-se difícil de acontecer, ainda aparenta ser utópica. O que acontece na sociedade são práticas inclusivas, que materializam-se à proporção que ocorre, e naturalizam-se pertencentes à essência humana, tais como: matrículas de pessoas com deficiência em escolas regulares, abrir a porta para qualquer pessoa, aceitar que o ônibus está parado no ponto para garantir acesso etc. Essa prática vai gerar partilha, contato e convivência, são elementos comuns, cotidianos que configuram pressupostos da inclusão.

É chegar à uma Inclusão Compreensiva (CORREIA, 2013) percebendo que as práticas inclusivas estão alicerçadas em esferas do cotidiano que firmam-se em esferas do não-cotidiano (Duarte, 1996): aquelas que aprendemos e estão no nosso consciente como aspectos familiares, crenças, valores que estão alicerçadas por questões filosóficas, antropológicas, sociológicas etc. Entretanto, as práticas inclusivas somente ocorrem quando os sujeitos entendem os pressupostos epistêmicos da inclusão, isso se dá com a formação da sociedade e com serviços que geram aprendizagens que possam reverberar na sociedade. Essa formação pode se dar na escola, na Universidade de forma a contribuir com o conhecimento da comunidade em geral.

Destarte, este artigo busca analisar a diversidade presente nos sujeitos e como esta pode delimitar formações que sejam capazes de contribuir com a difusão do conhecimento em relação às pessoas com deficiência, tomando por base a Inclusão Compreensiva, pois, como enfatiza Vygotsky, é a falta de conhecimento sobre essa temática que pode gerar discriminação e exclusão em relação a pessoa com deficiência.

Procurar-se-á apresentar as formações realizadas pelo Grupo de Pesquisa PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA (PROGEI) da Universidade do Estado da Bahia, que pesquisa a formação de sujeitos que atuarão com a pessoa com deficiência. Pois, acredita-se que as práticas de inclusão acontecendo diuturnamente irão se naturalizar e tornar-se comum, o que gerará cooperação, aceitação da diversidade e solidariedade.

Foram realizadas experiências na comunidade interna e externa Universidade do Estado da Bahia, tendo como método de pesquisa de intervenção – pesquisa ação. Com esta ação foi possível formar 582 pessoas de novembro de 2018 a outubro de 2019. O que se esperava nestas formações era ajudar pessoas a entenderem a diversidade a partir das ações realizadas e, por intermédio delas, modificar a sua forma de conviver com a pessoa com deficiência.

Para discorrer sobre a temática esse artigo está estruturado em três seções: (i) Discussão sobre diversidade e convivência, (ii) metodologia traçada para as ações do PROGEI realizadas entre 2018 e (iii) reflexões através dos resultados e discussões quanto essas ações.

Desvendando a diversidade que existe no ser humano

Em qualquer ação desenvolvida na sociedade, a diversidade que existe no outro deve ser prioridade: que sejam reconhecidas as diferenças próprias de cada um, ressaltando que, em um hemisfério de conflitos e contradições, isto é muito difícil, entretanto, não impossível, pois quem organiza os processos são os seres humanos. Portanto, em todo e qualquer espaço que se instale, deve-se reconhecer a diversidade do outro, quer sejam espaços públicos ou privados, com um conjunto de condições materiais, sociais e culturais que devem ser levadas em conta.

Por sua vez, organizam-se redes sociais de convivência que podem determinar situações que, ao procurar formas de enriquecer as demandas sociais, políticas e culturais, provocam mudanças significativas. Assim, o ser humano, que é diverso, tem que adequar-se para fazer parte das mudanças que ocorrem na sociedade na qual está inserido. A adaptação é inevitável nesse processo e geralmente contrária à subjetividade do sujeito, pois é preciso agradar a maioria.

Diante das tensões políticas, sociais, afetivas e econômicas em que se vive, todas as minorias merecem respeito a seus direitos; é nessa sociedade que o termo exclusão aparece com força, fazendo com que estratégias de inclusão sejam organizadas tentando minimizar essa exclusão. Diante deste quadro, a inclusão ganha força e voz para as minorias, atuando no processo de construção de um espaço igualitário e com efetivo respeito às condições de vida e diferenças.

A respeito da diversidade, situando-a como espaço de reconhecimento do outro, não obstante a diferença que existe neste, apresenta-se o mito de Quiron (Quadro 1):

Quadro 1. O mito de Quiron.**Quiron: sábio, curador e diferente**

Os centauros são seres míticos, metade homem, metade cavalo. Ou seja, Quiron é a diferença encarnada mesmo no contexto da mitologia, farto de personagens fantásticos. No corpo diferente de Quiron habita o eterno conflito entre o homem e o animal, entre o civilizado e o não-civilizado. O personagem é mítico, mas o conflito é absolutamente humano e atual.

Quiron era filho de Crono e da ninfa Filira. Temendo ser destronado por um filho, Crono habitualmente devorava seus filhos. Sua esposa, Reia, não aprovava o hábito de Crono e resolveu esconder um filho do marido, evitando que este fosse devorado também. O filho em questão era Zeus. O encontro entre Crono e Filira aconteceu quando ele procurava por Zeus, querendo devorá-lo. Nessa busca, Crono encontra Filira e se encanta com a beleza da ninfa.

Crono deseja ardentemente Filira. Ali começa uma perseguição e Filira, para escapar de Crono, transforma-se numa égua para despistá-lo, mas, não adiantou. Para enganá-la, Crono, por sua vez, se transforma em cavalo, alcança Filira e a possui. Desse encontro nasceu Quiron, o centauro com corpo e pernas de cavalo, torso, braços e cabeça de homem.

Filira fica perturbada ao ver o filho... um “bebê-monstro”, muito diferente do esperado. Quiron foi rejeitado pela mãe e nunca conheceu o pai... Daqui em diante a história desse centauro apresenta desdobramentos muito familiares. O pai substituto de Quiron faz qualquer filho abandonado agradecer aos céus o pai e a mãe que não teve. A mãe de Quiron virou paisagem (a bela ninfa foi transformada em árvore) e o filho abandonado teve como pai (nada de pai adotivo, afinal, pai é quem cria!) ninguém menos que o genial Apolo, um dos deuses mais importantes do Olimpo.

Ao assumir Quiron, Apolo torna-se também seu mentor. Dessa forma, Quiron tornou-se um sábio. Era também professor, profeta, músico. Seus poderes de cura eram notáveis e foi ele quem ensinou medicina a Asclépio. Quiron foi mentor de muitos heróis gregos, como o já citado Asclépio, Aquiles, Jazão e Hércules. O centauro mais famoso da mitologia grega sabia tudo sobre artes e perícias que garantiam a sobrevivência, como a caça, a arte da guerra, o domínio do arco etc. Fora do campo da sobrevivência, Quiron também era notável por seus conhecimentos sobre ritos religiosos, ética, ciências naturais e música.

Além da diferença encarnada, o que mais nos aproxima de Quiron é uma ferida muito peculiar: uma ferida incurável, provocada por um amigo! A ferida em questão foi causada pelo arco de Hércules. Uma flecha envenenada, disparada contra outro centauro, fere acidentalmente a coxa de Quiron, produzindo a ferida incurável. Esse aspecto é o mais relevante do mito de Quiron.

Fonte: <http://diversidadefuncional.blogspot.com/2009/04/>. Acesso em: 15 jun. 2020.

Esta metáfora aponta para a deficiência como um fator para impedir o outro de estar no grupo, pois a diferença incomoda, intimida e colabora para o desenvolvimento de vínculos negativos na rede social. Sob esse ponto de vista, a diversidade não é aceita, pois o diferente, Quiron – metade homem, metade cavalo –, não deveria estar na sociedade. A reprodução dos marcos da discriminação, rejeição e aniquilação estão presentes neste mito e retrata episódios contemporâneos.

Em outra instância, o mesmo mito traz Apolo – pai substituto que, a partir de vínculos familiares e culturais, faz com que Quiron seja aceito pela rede de convivência da qual faz parte, com o reconhecimento e desenvolvimento das suas potencialidades. Assim, pode-se colocar Apolo, metaforicamente, como a alteridade que necessita apresentar o outro como outro, percebendo as fronteiras que existem entre os seres humanos e as suas similaridades. E a diversidade é Quiron, diferente, divergente, mas que deve estar presente nas redes sociais, não com a ideia de tolerância pela qual se aceita o outro que é diferente em uma sociedade que é para iguais.

A diversidade deve ser vivenciada tornando-se uma cultura em que devem ser trabalhados o respeito, a diferença e a solidariedade. Hoje, quando se fala em diversidade, admite-se aceitar diferenças que quase sempre são de outrem, margeadas por estigmas que são preservados, muitas vezes, por processos de hibridizações cristalizados por histórias comuns na sociedade.

A aceitação da diversidade, em variados discursos, inclusive estatais, baseia-se na certe-

za de que o outro 'diferente' também deve ter lugar nesta sociedade, e não se fala em o outro ser parte desta sociedade se, para isso, esta tiver que se modificar para aceitar a todos ou para se tornar acessível a todos. Desta forma, pode-se incorporar experiências de alteridade e nessas há que se discutir sobre diversidade, pois o seu entendimento é fundamental para se chegar a uma inclusão compreensiva. A Declaração Universal sobre Diversidade Cultural enfatiza, no seu artigo 4 - Os direitos humanos, a diversidade cultural como algo imprescindível à dignidade humana:

A defesa da diversidade cultural é um imperativo ético, inseparável do respeito à dignidade humana. Ela implica o compromisso de respeitar os direitos humanos e as liberdades fundamentais, em particular os direitos das pessoas que pertencem a minorias[...] Ninguém pode invocar a diversidade cultural para violar os direitos humanos garantidos pelo direito internacional, nem para limitar seu alcance (UNESCO, 2002, p.3).

Admite-se aqui discutir diversidade dentro de uma esfera política, econômica, social e ideológica para que se possa adotar uma postura real, tomando por base os pressupostos epistemológicos que o termo envolve. Muitos pensam em diversidade a partir do anseio de solidariedade e de ajuda ao próximo. É claro que se deve lutar por um mundo de equidade, respeito, justiça, liberdade e que não se abuse de maneira metódica das minorias. Esta é uma utopia que não se pode deixar de perseguir quando se é educador. Entretanto, é necessária uma ressignificação do termo diversidade cultural face ao discurso contemporâneo, a fim de garantir que seu exercício contribua, de fato, para o desenvolvimento humano.

Para que a cultura da diversidade¹ se instale é necessário aceitar que a falta de acessibilidade arquitetônica, cognitiva e afetiva na família, escola e sociedade em geral gera a discriminação. Isso leva a entender que o problema não reside na pessoa com deficiência, mas nas relações que a envolve; e o discurso de diversidade tende a separar-se do real, à medida que incorpora essa concepção esvaziada e preconcebida. Paulo Freire, ao longo da sua caminhada, sempre expressou o seu comprometimento frente à opressão, afirmando que, na verdade, os dominados são seres humanos a quem é proibido ser o que são. Têm sido explorados, violentados e lhes é negado o direito de existir e de expressar-se (FREIRE; FAUNDES, 1985).

Para mudar da cultura da deficiência para a da diversidade é necessário aceitar a questão subjetiva que submerge a inclusão social, lutar por uma transformação das concepções que envolvem a temática e, acima de tudo, tentar humanizar a sociedade com ações que aceitem o outro como ele é.

Essas ações estão configuradas como práticas inclusivas que, presentes na sociedade, contribuem para a convivência. Para esse destaque pontuamos a Inclusão Compreensiva como imperativo para o entendimento do processo inclusivo. Por Inclusão Compreensiva entende-se como:

[...] práticas de inclusão que se estabelecem a partir de determinadas contingências sociais, familiares e econômicas que permitirão que se tomem decisões que ajustem os problemas e ambientes específicos próprios a cada situação, compreendendo assim a inclusão como fenômeno da relação cultural entre mundos distintos, quer sejam externos ou internos (CORREIA, 2013, p. 6).

¹ Termo usado pelo Dr. D. Miguel López Melero, no artigo La cultura de la diversidad o el elogio de la diferencia y la lucha contra las desigualdades.

As práticas de inclusão devem acontecer no dia a dia de modo sucessivo e contínuo, para que sejam consolidadas como ações humanas integradoras e pertencentes a diversidade do homem. Quem dá substrato para essa prática é a Inclusão compreensiva tendo como eixos²:

- Apreensão dos aspectos cotidianos e não cotidianos que constroem os contextos (Duarte, 1996);
- a apropriação da teoria sócio-histórico-cultural como fundamento científico que respalda as relações entre os seres humanos (VYGOTSKY, 1999);
- o diagnóstico da dinâmica das instituições sociais e a organização de sistemas de influências educativas que integrem e ordenem a família, escola e comunidade como um todo (VYGOTSKY, 1984, 1993, 1999);
- o entendimento de que o gênero humano, no processo de interação, transforma e é transformado e que nunca passará despercebido (LUKÁCS, 1981);
- a convivência entre os seres humanos como estratégia para a construção da história (MÁRKUS, 1974);
- a humanização como um processo interminável de construção (DUARTE, 1996).

A inclusão compreensiva expede para ações que se realizam no dia a dia. Dá entendimento de que as ações pequenas e pontuais se naturalizam, assim ações estanques de inclusão podem também naturalizar-se. Muitas vezes as histórias familiares e sociais que veem embutida de concepções filosóficas, sociológicas e antropológicas, que são aspectos do não-cotidiano (DUARTE, 1996), é que constroem as ações com comportamentos inclusivos ou exclusivos, discriminatórios ou indiferentes, insensíveis ou sensíveis. Entretanto, temos que desenvolver comportamentos inclusivos, de alteridade e de aceitação.

Neste sentido, o PROGEI contribui para o elucidar em relação a pessoa com deficiência através das suas formações e ações. No caso específico, conhecer quem é a pessoa com deficiência em todos os seus aspectos para começar a mudar ideias e concepções, além de promover práticas inclusivas que podem se naturalizar. Com isso, a inclusão compreensiva vem contribuir com os seres humanos para entender que a inclusão pode ser construída a partir de práticas estanques, mas que se complementam e essas ações podem gerar convivência.

Os princípios da convivência e da humanização devem ser perseguidos quando se trata da deficiência. Como afirma Melero (2001) “não como defeito da natureza, mas como reconhecimento da diversidade da natureza” (p. 34). É necessário encarar a diversidade no outro e não o outro na diversidade. De acordo com Houaiss (2001, p. 792),

[...] **diversidade** significa qualidade do que é diferente; o que distingue uma coisa de outra; falta de igualdade ou de semelhança; alteração digna de atenção, de reparo; modificação, transformação; característica do que é vário; diversidade, disparidade; falta de harmonia; divergência; falta de equidade; desproporção, desigualdade.

Assim, a palavra diversidade apresenta-se margeando um discurso de ambientes desarmônicos que precisam passar pela máquina social para harmonizar-se e isso abrange todos os *diferentes* que não se enquadram no discurso camuflado da normalização. Skliar (2006, p. 30) enfatiza que:

Ademais, lembremos que a “diversidade” em educação nasce junto com a ideia de (nosso) respeito, aceitação, reconhecimento e tolerância para com o outro. E isso é particularmente problemático: a diversidade, o outro,

ou outros assim pensados, parecem depender da nossa aceitação, do nosso respeito, para ser aquilo que já são, aquilo que já estão sendo.

Diversidade aparece neste discurso como formas de aceitar o outro, reconhecendo-o como indivíduo, mas não como cidadão e sempre perpassa por revelar características pessoais como sendo superiores às de outras pessoas, isso as conduz à necessidade de serem iguais e buscar os mesmos ideais através de ações que muitas vezes agridem suas limitações. A sociedade as coloca como refém das suas próprias manifestações, quase sempre impróprias e dominadoras. Entretanto, segundo Sacristan (2002) “[...] a diversidade pode estimular-nos à busca de um pluralismo universalista que contemple as variações da cultura, o que requer mudanças importantes de mentalidade e de fortalecimento de atitudes, de respeito entre todos e com todos.” (p. 23).

A diversidade, termo usado nos anos 90 como revelador das necessidades entre os seres, principalmente a partir do discurso da globalização, vem para este novo século, podendo apresentar-se como mais um viés para a discriminação e separação entre grupos, acentuando ainda mais a desigualdade, pobreza e exclusão social. Urge, então, a necessidade, como sinaliza Sacristan, de se analisar o termo diversidade, questionando-se o papel exercido até então pelas minorias. Assim, o termo deve ser questionado, principalmente quando se fala de aceitação de contrários, contrapontos e contradições, como acentua Bhabha:

[...] Inícios e fins podem ser os mitos de sustentação dos anos do meio do século, mas neste, *fin de siècle*, encontramos no momento de trânsito em que espaço e tempo se cruzam para produzir figuras complexas de diferença e identidade, passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão (1998, p.19, grifo do autor).

É nessa conjuntura de contrários que as singularidades são acentuadas. As minorias, que são, na verdade, maioria, aparecem margeadas por questões que corroboram com o discurso da diversidade, protagonizando com a tradição um papel preponderante de confirmação de autoridade que é fortalecida nesse processo.

A diversidade, nesse contexto, aparece como pano de fundo nas questões sociais e políticas afirmativas com negros, índios, mulheres, deficientes etc. Neste estudo, é importante situar diversidade considerando a multiplicidade de caminhos, em todas as esferas da vida – física, biológica, social, econômica, educacional, emocional –, ratificando a diversidade que existe em todo o gênero humano. É considerar o outro como um reservatório de saberes e práticas, nunca experimentadas ou sentidas, abrindo fronteiras para a compreensão da dinâmica dos grupos, organizando identidades que, em contextos de inclusão compreensiva, compartilham características diversas, definindo o eu e o outro.

Para Rousseau (1989), a igualdade foi estabelecida pela natureza e a desigualdade social pelo homem; em função de forças hegemônicas se acentuam as práticas discriminatórias e subalternas. Essa igualdade sempre é gerada por fonte natural – o ser humano; contudo, com as variáveis que ocorrem no processo, o ser humano incorpora ações e reações, a depender da sociedade em que vive. Em algumas sociedades, as diferenças não são aceitas, tendendo a uma homogeneização das ações, das atitudes etc. Entretanto, é imprescindível entender a diferença como elemento de valor e não de segregação.

Atualmente, os discursos sobre inclusão e exclusão da diversidade apresentam a diferença do outro; entretanto, impõem para este o contexto social existente e o conduzem a uma modelagem, fazendo-o buscar estratégias para ser inserido em determinado grupo. Isso garante a formação entre os indivíduos, mas não entre os sujeitos. É na esfera pública que o sujeito passa a ter a capacidade de assumir obrigações e direitos e esta deve estar alicerçada na condição humana e dessa forma passa a ser sujeito.

Assim, é importante situar a diversidade no espaço e no tempo que se vive hoje. Não se pode viver sem o outro e, para isso, é necessário aceitar a diversidade que exista no outro, quer seja material, social, física, religiosa ou sexual. As redes sociais estabelecidas através dos vínculos de cooperação, amizade e fraternidade devem ser mantidas, para que a comunidade, nutrida por objetivos comuns, possa trabalhar para o desenvolvimento de todos.

A educação, tanto a escolar como a geral, devem se ocupar diuturnamente de ensinar aos mais jovens de qualquer raça, etnia, religião, que o humano é diverso pela sua própria natureza e este fato gera interdependências, porque o outro tem o que o companheiro não tem. Mas, essas características se complementam e, dessa forma, o homem estará assumindo a perspectiva do outro grupo.

As ações realizadas pelo PROGEI apresentam-se aqui como propulsoras para entender a diversidade, buscando estabelecer vínculos que devem coexistir em um ambiente que respeite a diversidade humana, reconhecendo a unidade que existe em cada um, convergindo para a diferença. Contudo, é o modo de “coMviver”, ou seja, as relações de cooperação, de solidariedade, de afeto e políticas que determinam a ação do sujeito nesta sociedade. As formações fazem com que as alteridades sejam apresentadas e aceitas e que as práticas de inclusão, que antes eram passadas despercebidas, hoje são enxergadas e aceitas como processos que podem se naturalizar tendo como princípio a Inclusão Compreensiva.

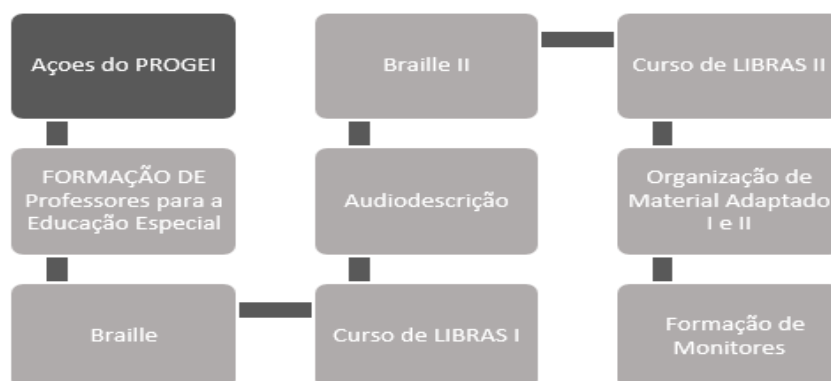
O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA (PROGEI), implementou em 2018 e 2019 ações para formação de sujeitos que pudessem entender a diversidade que existe nos seres humanos e, a partir de práticas inclusivas, “coMviver” com as pessoas com deficiência.

Caminhos para Práticas Inclusivas – Materiais e métodos

As ações realizadas pelo PROGEI oportunizaram a todos, cursistas e instrutores, experiências valiosas no campo da inclusão, o que proporcionou a discussão sobre a diversidade presente nos seres humanos e mais específico, nas pessoas com deficiência. A metodologia empregada foi a pesquisa Interventiva: ação que proporciona um contato direto com a formação realizada e o cursista. Neste momento se considerou as seguintes etapas: pesquisa exploratória, planejamento das ações e implementação das formações. A pesquisa exploratória serviu para conhecer as necessidades do público-alvo, considerando o objeto de investigação – sujeito da educação na Educação Inclusiva.

O planejamento das ações ocorreu considerando três momentos: (i) seleção de instrutores para as formações – todos especialistas e de acordo com uma área específica: autismo, deficiência visual, surdez, audiodescrição, e uma especialista em Educação Especial. Essas especializações foram escolhidas considerando a pesquisa exploratória realizada inicialmente; (ii) seleção dos monitores – estudantes dos cursos de Letras, Pedagogia, Fonoaudiologia, Psicologia – garantindo inter-relação ensino-extensão. Os estudantes seriam responsáveis em ajudar nas ações do PROGEI; (iii) planejamento das ações especificamente.

Figura 1. Ações do PROGEI.



Fonte: Relatório do Projeto PROGEI – MEC/SESU.

Essas formações constituíram o eixo vertebrador para a organização de práticas inclusivas nos sujeitos da pesquisa. Todos eles preencheram o termo de Consentimento Livre e Esclarecido para que pudessem fazer parte da pesquisa. Cada cursista preencheu uma avaliação inicial informando a motivação para realizar o curso, formação, idade e local de trabalho, além de preencher algumas questões como pré-requisitos para o curso. Preencheram também a avaliação final com questões que versavam sobre a formação e o que aprenderam. As inscrições foram realizadas presencialmente na sala do grupo de pesquisa e no Instagram do Grupo de Pesquisa - @progei2019. O público alvo das formações foi bastante diversificado:

Figura 2. Participantes das formações do PROGEI.



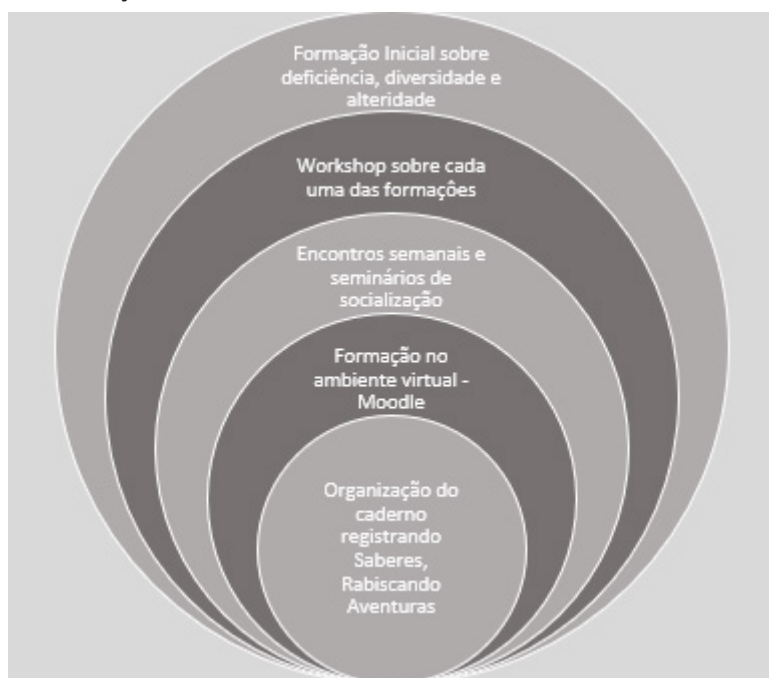
Fonte: Relatório do Projeto PROGEI.

O público-alvo específico desse curso foi composto por sujeitos que em suas vivências necessitavam de conhecimento sobre a pessoa com deficiência. As práticas inclusivas precisavam ser incorporadas e desenvolvidas a partir dos pressupostos da Inclusão Compreensiva. Com o edital do PROEXT foi bastante diversificada a procura pela formação, o que contribuiu com a troca de experiência entre os cursistas, pois existiam estudantes do Mestrado Profissional de Jovens e Adultos e Estudante da Graduação, além dos profissionais das áreas da saúde, humanas e estatística.

A fase de implementação ocorreu com as formações que aconteceram na Universidade do Estado da Bahia e escolas públicas. Todos os monitores passaram por processo de formação para que contribuíssem com as formações (cursos) que seriam realizadas, também participaram como cursistas (de acordo com o horário disponível por cada monitor), fato que contribuiu para a formação do futuro profissional, pois os aspectos abordados nos cursos refletem o que é necessário tanto para a vida acadêmica, como para uma discussão mais aprofundada de conceitos e concepções para a profissionalização.

Os eixos dinamizadores dos currículos das diversas ações /curso do PROGEI foram alinhados não só nas abordagens epistemológicas e metodológicas, mas também, abordagens teóricas/práticas de conteúdos trabalhados a partir de vivências. A proposta oferecida pelo PROGEI tem como pressuposto a concepção de educação contínua e permanente, que possa ser oferecida ao cursista através da construção de uma nova concepção em torno do aprender, conduzindo-o a utilizar o potencial educativo na comunidade. O princípio norteador é a Educação Inclusiva, assim, todos os monitores da Universidade passaram por plano de formação no qual foram capacitados na área, conhecendo o programa para serem direcionados às ações específicas.

Figura 3. Formação de Monitores.



Fonte: Projeto do Edital PROGEI.

As formações foram oferecidas na modalidade a distância ou presencial e a interação com o material aconteceu entre a autonomia, o trabalho cooperativo, a inter e transdisciplinaridade, bem como a investigação, pela relação teoria prática e pela flexibilidade, considerando a Inclusão Compreensiva. Em 2018 foram realizadas 4 formações e em 2019 12 formações totalizando 582 pessoas formadas pelo PROGEI.

O acompanhamento ao cursista aconteceu por meio do Sistema de Acompanhamento, onde o público alvo recebeu retorno individualizado sobre o seu desempenho, bem como orientações e trocas de informações complementares, relativas aos conteúdos abordados em exercícios desenvolvidos, principalmente àqueles que tenham sido respondidos de forma incorreta, propiciando-se novas elaborações e encaminhamentos. A avaliação foi permanente, considerando o desenvolvimento e participação dos cursistas nas ações do PROGEI, bem como a utilização de ferramentas síncronas e assíncronas do AVA Moodle.

Construindo Práticas Inclusivas para a diversidade na Convivência – Resultados e Discussão

A convivência entre os seres humanos acontece por um emaranhado de relações com o meio, pois ele é o sujeito ativo dessas relações. Para Vigotsky (1984), o desenvolvimento do sujeito e de sua individualidade se dá a partir de mantentes convívios com o meio social, já que as formas psicológicas mais sofisticadas emergem da vida social, considerando as funções psicológicas superiores. Nesses convívios, a diversidade está presente e deve ser entendida como crucial para a convivência humana. Essa discussão entremeia-se com aprendizagens colaborativas que se constituem base para partilhas, participação social e comunitária.

Essas aprendizagens vêm firmando-se nas formações do PROGEI, pois acredita-se que a mudança de comportamento em relação a pessoa com deficiência ocorrerá se o conhecimento for disseminado para todos a partir da construção de prática inclusivas. Essas discussões podem ser reveladas no discurso das monitoras e cursistas das formações:

Particpei da pesquisa/formação Audiodescrição como monitora e ouvinte que aconteceu no Colégio Estadual Da Bahia - Central, localizado no bairro Nazaré. No auditório, a ministrante ensinou aos cursistas, como guiar e descrever

as coisas em volta para as pessoas com deficiências visuais e com baixa visão, além de expor as várias formas e atitudes que devemos ter com esse público alvo. Isso me fez refletir as demandas que esses sujeitos encaram o seu dia-a-dia (Monitora F).

Ela nos ajudou muito a entender sobre os conceitos da educação inclusiva no Brasil e como esses sujeitos eram tratados antigamente, pois as pessoas utilizavam termos pejorativos e preconceituosos para excluir as pessoas com deficiência da sociedade. Embora hoje a atenção voltada para esse público alvo ainda não seja o esperado foram criadas leis que regulamente o ingresso das pessoas com necessidades especiais no âmbito escolar, mercado de trabalho, espaços socioculturais, atendimento médico e entre outros, sendo muito importante no processo de interação aprendizagem e autonomia (Cursista I).

Foi muito valioso esse primeiro contato com educação inclusiva, pois pude conhecer e aprender coisas que nunca me fizeram refletir sobre a problemática em questão; a acessibilidade dos espaços que frequento muitas das vezes passava despercebido ao meu olhar, mais hoje com o conhecimento prévio, eu me importo e me questiono sempre como essas pessoas sofrem por não ter acessibilidade e um atendimento adequado? (Cursista M).

Aprendi que o processo de inclusão não é simplesmente colocar indivíduos de realidades diferentes em espaços e fingir que estar fazendo inclusão, desses sujeitos - como por exemplos negros, deficientes ou indígenas - e sim dar a eles a oportunidade de serem incluídos de verdade, com acessos iguais a todas as atividades em espaços onde normalmente eles não são protagonistas e nem autônomos (Cursista J).

As aulas práticas foram valiosas pois eu conseguir com o auxílio da professora e a turma produzir um texto em Braille. Essa foi uma conquista muito enriquecedora para mim que pensava que era impossível aprender as letras e ainda mais produzir um texto. Outra aula que me marcou muito e até usei em uma dinâmica, como parte de uma apresentação de seminário foi a dinâmica de aguçando os sentidos, onde consistia que cada pessoa pudesse acertar qual objeto ou fruta se encontrava em nossas mãos e tínhamos que acertar de olhos vendados. A cada objeto me passava vários sentimentos medo, angústia e curiosidade, pois por ter a visão e conhecimento prévio do objeto eu já sabia o que se encontrava em minhas mãos, mas não podia falar para ninguém até a professora perguntar (Cursista G).

As Práticas inclusivas que são incorporadas com as ações do PROGEI têm contribuído para estimular o desenvolvimento social e o espírito crítico dos participantes do curso, para que ocorra uma atuação profissional pautada na cidadania e na função social da educação,

bem como, para a melhoria da qualidade do ensino, por meio da troca de saberes acadêmicos e populares e para a implementação de políticas públicas, como sinaliza a instrutora H.

As formações estão servindo para que os graduandos e pós-graduandos e pessoas interessadas na área de inclusão possam desenvolver um bom trabalho no processo de construção de uma Educação Inclusiva, preparando-os com base em estudos teóricos, metodologias e avaliações que envolvem a educação inclusiva e os direitos humanos, de forma que possam ajudar a solucionar as necessidades dos alunos, promover uma educação capaz de acolher todo indivíduo independente das diferenças e eliminar os preconceitos existentes entre os diversos povos e culturas (Instrutora H).

As formações realizadas pelo PROGEI configura-se por uma constante busca da compreensão sobre inclusão, pois acredita-se que essas ações produziram práticas que poderão reverberar na sociedade, o que contribuirá para a difusão do conhecimento em relação a atitudes que atendam a diversidade e convivência, colaborando para a construção de concepções grupais e entoadas no que diz respeito a pessoa com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Considerações inclusivas

Dessa forma, é importante sinalizar que a diversidade somente é reconhecida quando práticas de inclusão são incorporadas na convivência humana. Percebe-se que as pessoas são diferentes e racionalmente distintas expondo o que existe de singular entre elas. O portento existente em cada um torna os sujeitos únicos e empoderados do embelezamento humano, pois ser humano é ser diferente, diverso, impar e incomum. As ações do PROGEI visam contribuir para que os humanos, seres genuínos e únicos possam enxergar em outros seres humanos as suas diversidades, singularidades, alteridades na convivência.

Referências

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BRASIL, **Programa de Extensão Universitária** – Proext 2015 MEC/SESU. Edital de 07/02/2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=comdocman&view=download&alias=15149-edital-proext-2015&category_slug=fevereiro-2014&Itemid=30192. Acesso em: 15 jun. 2020.

CLAVIJO CASTILLO, R. G., & BAUTISTA-CERRO, M. J. **La educación inclusiva**. Análisis y reflexiones en la educación superior ecuatoriana. *Alteridad*, 15(1), 113-124. Disponível em: <https://doi.org/10.17163/alt.v15n1.2020.09>. Acesso em: 15 jun. 2020.

CORREIA, P. C. da H. **Modos de CoMviver do índio com deficiência: um estudo de caso na etnia indígena Pankararé**. 2013. 148 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

CORREIA, P.C. da H. e NEVES, B.C. A escuta visual: a Educação de Surdos e a utilização de recurso visual imagético na prática pedagógica. 2019. **Revista de Educação Especial**. V.32. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial>. Acesso em: 15 jun. 2020.

CORREIA, P. C. da H. Relatório Final do Programa de Extensão Universitária - Proext 2015/convenção 825390/2015 – **Meta: Programa de Educação Inclusiva – PROGEI**. 192 f. Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2019.

DUARTE, N. **Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vygotsky**. Campinas: Autores Associados, 1996.

FREIRE, P.; FAUNDEZ, A. **Por uma pedagogia da pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1985.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. São Paulo: Editora Objetiva, 2001.

LAFER, C. A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, p.152, 1988.

LUKÁCS, G. **Per uma ontologia dell'essere sociale**. Tradução de Alberto Scarponi. Roma: Riuniti, 1981

Ochoa Cervantes, A. El tipo de participación que promueve la escuela, una limitante para la inclusión. **Alteridad**, 14(2), 184-194. <https://doi.org/10.17163/alt.v14n2.2019.03>. 2019.

MARKUS, G. **Teoria do conhecimento no jovem Marx**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

ROUSSEAU, J.-J. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Brasília: Unb, 1989.

SACRISTAN, J.G. **Educar e conviver na cultura global: as exigências da cidadania**. Tradução de Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SKLIAR, C. A inclusão que é “nossa” a diferença que é do “outro”. In: RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus. 2006.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes. 1984

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins, 1993.

VYGOTSKY, L. S. Fundamentos da defectologia. In: _____. **Obras completas**. 2. ed. La Habana: Pueblo y Educación, 1999. p. 213.

Recebido em 19 de janeiro de 2021.

Aceito em 23 de agosto de 2021.